

A. I. N.º - 112889.1101/06-5
AUTUADO - JERRIVAN BENTO DA SILVA
AUTUANTE - CARLOS RIZÉRIO FILHO/OSVALDO CEZAR RIOS FILHO
ORIGEM - IFMT/DAT/SUL
INTERNET - 20.04.2007

1ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0106-01/07

EMENTA. ICMS. EXTINÇÃO DO PROCESSO ADMINISTRATIVO FISCAL. PAGAMENTO INTEGRAL DO DÉBITO. Nos termos do Art. 156, inciso I, do CTN extingue-se o crédito tributário com o pagamento total do débito pelo sujeito passivo, ficando, conseqüentemente, também extinto o processo administrativo fiscal em conformidade com o inciso IV, do artigo 122, do RPAF/99. Defesa PREJUDICADA. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em epígrafe, lavrado em 07/11/2006, exige ICMS no valor de R\$476,71, acrescido da multa de 60%, em decorrência de falta de recolhimento do ICMS na primeira repartição fazendária da fronteira ou do percurso, sobre mercadorias adquiridas para comercialização, procedentes de outra unidade da Federação, por contribuinte com a inscrição estadual cancelada. Consta na descrição dos fatos se tratar de aquisição de mercadorias, especificadas na Nota Fiscal nº. 205720, anexada aos autos, por contribuinte inapto no cadastro fazendário, conforme Edital nº. 29/2006.

O autuado apresenta peça impugnatória ao lançamento de ofício (fl.29), na qual solicita que seja reconsiderada a autuação e arquivado o Auto de Infração, sob a alegação de ter feito a denúncia espontânea do débito, protocolizado sob o nº. 600.0009564066, em 10/11/2006, tendo ocorrido o deferimento do pedido de parcelamento em tempo hábil.

Às fls.39/40, o Auditor Fiscal designado para prestar a informação fiscal, afirma que o autuado não contesta a sua condição irregular no cadastro de contribuintes da SEFAZ/BA, mas, a aplicação da multa por ter solicitado parcelamento do débito antes da lavratura do Auto de Infração, o que surtiria os efeitos da denúncia espontânea. Prosseguindo, esclarece que analisando o demonstrativo de débito do parcelamento efetuado, conclui-se que o débito foi feito pelo montante do imposto e multa aplicada, significando dizer que o Auto de Infração foi parcelado integralmente, inexistindo impugnação quanto à acusação apontada na autuação.

VOTO

O autuado ao reconhecer o débito indicado no presente Auto de Infração e efetuar o respectivo pagamento, desistiu da defesa apresentada, tornando-a ineficaz, conforme previsto no Art. 122, inciso IV do RPAF/99. Em conseqüência, fica extinto o processo administrativo fiscal, nos termos do Art. 156, inciso I, do CTN e prejudicada a defesa apresentada, devendo os autos ser remetidos à repartição fiscal de origem, para fins de homologação do pagamento e arquivamento do processo.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 1ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, considerar PREJUDICADA a defesa apresentada e declarar EXTINTO o Processo Administrativo Fiscal relativo ao Auto de Infração nº 112889.1101/06-5, lavrado contra JERRIVAN

BENTO DA SILVA, devendo os autos ser encaminhados à repartição fiscal de origem, para fins de homologação do pagamento e arquivamento do processo.

Sala das Sessões do CONSEF, 16 de abril de 2007.

RUBENS MOUTINHO DOS SANTOS - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO/RELATOR

VALMIR NOGUEIRA DE OLIVEIRA - JULGADOR

ÂNGELO MÁRIO DE ARAÚJO PITOMBO - JULGADOR